

funcional

Fonte

CB

Data

19/11/97 8

Clas.

45

CÂMARA

Relatório pede coordenação na luta contra a biopirataria

Warner Bento Filho
Da equipe do **Correio**

O atraso é tão grande que até o óbvio precisa ser estabelecido. Uma das principais recomendações da comissão da Câmara dos Deputados que analisou os casos de biopirataria na Amazônia é que se reúnam os dados existentes sobre a biodiversidade brasileira.

Até agora, não existe nenhuma coordenação dos diversos órgãos públicos e privados de pesquisa na Amazônia para a troca de informações. A presidente da Comissão, deputada Socorro Gomes (PCdoB-PA), recomenda, no relatório que foi aprovado ontem, que os ministérios de Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente "coordenem uma ação organizada com a presença das principais universidades e centros de pesquisa brasileiros para o mapeamento e coleta de informações sobre a biodiversidade brasileira.

A recomendação faz parte do esforço para impedir o avanço dos casos de biopirataria — o roubo de plantas e animais do país feito em geral por pesquisadores estrangeiros.

Casos como o do belga Robert Vandermerghel, preso em Manaus este mês quando tentava embarcar para a Europa com 130 borboletas e 78 besouros surrupiados da floresta amazônica, segundo Socorro Gomes, são corriqueiros na Amazônia.

Mesmo os convênios de pesquisa com instituições estrangeiras escondem, na verdade, saque ao patrimônio genético do país. Foi o que apurou a comissão, que se extinguiu ontem com a aprovação do relatório.

CONVÊNIOS

O texto recomenda que o governo brasileiro não mais aceite convênios nas áreas em que a instituição brasileira de pesquisa não tenha "recursos humanos competentes nos temas dos estudos a serem realizados". Além disso, amarra as expedições de coleta, tanto nacionais quanto estrangeiras, a uma política de fortalecimento das coleções das instituições nacionais e regionais.

De acordo com o relatório, o quadro é alarmante: a biopirataria no Brasil acontece "sem freios". Segundo o texto, há convênios de pesquisa em que a única contrapartida nacional é a coleta e o envio do material para laboratórios estrangeiros. "Quando não é assim, vale a lei da selva, em razão da omissão do Estado em zelar pelo seu patrimônio biológico e cultural", diz o texto.

Segundo o deputado Gilney Viana (PT-MT), o problema é imenso e ignorado pelas autoridades. "A dimensão disso é tão grande que estamos apenas piscando o assunto", diz o parlamentar. "As autoridades são coniventes com a biopirataria", acusa Socorro Gomes.

Os integrantes da comissão estão preocupados particularmente com uma das denúncias que apareceram nas audiências. É um convênio entre o Brasil, a Agência Espacial Norte-americana (NASA) e Comunidade Econômica Europeia, para estudar influências meteorológicas da Amazônia. É um investimento, segundo Socorro Gomes, de 50 milhões de dólares.

Os parlamentares desconfiam dos objetivos do projeto. "Ninguém vai investir tanto dinheiro assim na Amazônia para se preocupar só com a camada de ozônio ou a produção de oxigênio", diz a parlamentar.

A discussão sobre a necessidade de organização entre os órgãos de pesquisa na Amazônia continua no dia 4 de dezembro, quando será realizado um seminário sobre o assunto na Câmara dos Deputados.